



	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO	P		
Vereadores LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS	P		
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL	P		
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES	P		
MIGUEL PINTO LUZ	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA DE SOUSA JUSTINO		F	
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA	P		
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		

Observações: O Sr. Presidente da Câmara ausentou-se da sala às 11:25, quando estava a ser apresentado o ponto 10, regressando às 11:39, quando este ponto ainda estava a ser debatido.

Hora de Abertura: 9 horas e 50 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: - Acta nº 19/2010, de 6 Setembro;
- Aprovação: - Acta nº 18/2010, de 29 julho, que foi aprovada por unanimidade.

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 193 de 08 | 10 | 2010

Operações Orçamentais	€ 336.988,96
Operações Não Orçamentais	€ 2.430.445,60

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9:50

1- VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PADRE JOSÉ BAPTISTA DA SILVA E DO PADRE ANTÓNIO FARINHA.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA lembrou terem ocorrido os falecimentos destes dois Senhores Padres, que dedicaram grande parte da sua vida às Paróquias de Parede e de Alcabideche respectivamente e nesse sentido propunha à Câmara Municipal que fosse aprovado um voto de pesar pelo seu falecimento.

A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o voto de pesar.

2- MOÇÃO.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a Moção em epígrafe, esclarecendo que ela surge face às orientações aprovadas pelo Governo da República para o Orçamento de Estado de 2011 e que muito afectam as autarquias. Salientava que os pontos 1 a 7 dos considerandos são a transcrição integral do comunicado aprovado pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e as conclusões são, no essencial, também a transcrição das conclusões do Conselho Directivo da ANMP, naturalmente adaptadas ao facto de serem aprovadas por esta Câmara Municipal.

A SR.^a VEREADORA LEONOR COUTINHO lembrou que o País está num momento extremamente difícil, em que todos são confrontados com o endividamento enorme do País e que corresponde a 87% do PIB. Em termos percentuais, o contributo a nível dos vários órgãos do Estado para essa dívida situa-nos a meio da tabela dos países da União Europeia, o endividamento das empresas é a nível de percentagem do PIB o maior da UE e mesmo da OCDE e o endividamento das famílias é o terceiro maior, a seguir à Dinamarca e à Holanda. Portanto existe um problema de endividamento enorme a nível do País. Pensa que todos sabem que este endividamento colossal, para o qual contribuem o Estado, as empresas e as famílias e portanto todo o sistema financeiro, levou a uma situação extremamente difícil a nível nacional. Independentemente das culpas, que serão muitas e variadas, independentemente dos contributos para as políticas futuras para as quais o contributo de todos é bem-vindo, e para além de cada um defender os seus interesses e compreende-se que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses entenda que estes devam dar o menor contributo possível para a contenção de despesas que será necessário fazer, é evidente -e como ainda ontem o comentador Marcelo Rebelo de Sousa salientou- que o acirrar com frases como a primeira que é referida no texto da proposta de Moção

apresentada pelo Senhor Presidente quando diz "Repudiar mais esta escandalosa redução de meios..." é extremamente negativa. Como todas as pessoas de bom senso, pensa que aquilo que é preciso fazer neste momento é unir esforços para, de facto, fazer face a uma situação extremamente difícil. Em seu entender é, de facto, necessário fazer esforços e nesse sentido perguntava qual é a diminuição de despesas que esta Câmara pensa fazer em 2010 e 2011, face às previsões anteriormente apresentadas a nível das despesas. E fala nestas e não nas receitas porque é nisso que é necessário contribuir. Evidentemente que será necessário também o Estado diminuir muitíssimo as despesas e em seu entender pensa que é urgente que sejam clarificadas as contas também do Estado Central e quanto é que há de contributo de redução na despesa para esta situação em que o País se encontra. Mas não é isso que se pode discutir aqui neste momento. De qualquer modo, associando-se à preocupação e à necessidade de todos os agentes do Estado, e também dos particulares, terem de reduzir as suas despesas a curto prazo e para o qual o contributo desta Câmara lhe parece importante, não como objectivo de propaganda, mas com o objectivo de redução, de facto, das despesas, pensa que não é o momento de, ainda antes do Orçamento de Estado ser conhecido, ainda antes das negociações entre os vários partidos terem começado porque o Orçamento ainda não foi apresentado, ainda antes de se conhecerem os contornos daquilo que será necessário fazer para o País fazer face a esta situação, haver uma proposta de Moção que, quanto a si, apenas serve para acirrar os ânimos, indo para além daquilo que a própria ANMP salienta na defesa dos interesses das autarquias. Nesse sentido, obviamente que os Vereadores do Partido Socialista não podem votar favoravelmente esta Moção se ela mantiver estas afirmações e nesse sentido fazia um apelo para que ela fosse muito mais num sentido de bom senso, criticando obviamente o que tem de ser criticado, mas apelando a que haja um diálogo para o qual todos contribuam e nesse sentido aquilo que pergunta é qual é o contributo desta Câmara.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que respondia à Sr.^a Vereadora dizendo-lhe, com toda a simpatia e sem nenhuma acrimónia, que aquilo que acabou de fazer foi uma manobra de diversão a propósito de um documento que está em cima da mesa que é claríssimo. Em primeiro lugar -não sabe se maioritariamente se minoritariamente- compartilha das preocupações da Sr.^a Vereadora a propósito da necessidade -presume que é isso que está implícito na intervenção da Sr.^a Vereadora- de se aprovar o Orçamento de Estado, mesmo que seja um mau Orçamento, porque pessoalmente já não tem dúvidas que o País vai ter um mau Orçamento de Estado para 2011, fazendo fé naquilo que foi apresentado pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Finanças. Quanto ao comentador político que a Sr.^a Vereadora referiu, ele

não fez apenas esse apelo e pessoalmente até perfilha esse apelo e está convencido que o seu partido o seguirá se, da parte do Partido Socialista, também houver correspondência ao apelo que o mesmo comentador político fez e que a Sr.^a Vereadora não referiu, que era dirigido ao Partido Socialista e ao Primeiro-Ministro no sentido de se aproximar, em vez de provocar, os partidos da oposição, em relação às propostas que eles possam apresentar, e evitar a fraseologia que alguns ministros mais “trauliteiros” utilizam, aliás alguns são ministros que assumem pastas de Estado, como a Defesa Nacional, e passem a utilizar uma perspectiva de Estado e uma tentativa de negociação. Portanto, sobre isso todos estão de acordo. Ou seja, a situação é péssima, não lhe importa agora saber porque é que ela é péssima, embora tenha as suas suspeitas, nomeadamente quando vê um 1º Ministro que antes das eleições baixa os impostos que são das Câmaras Municipais e sobe o vencimento aos funcionários públicos, para depois quanto a estes fazer o inverso. É evidente que tem as suas suspeitas, mas não quer ir por aí e deixa apenas esta nota. A sua preocupação é que possa haver um Orçamento de Estado para 2011. Agora aquilo que pede para ser aprovado na Câmara é aquilo que a Comissão Directiva da ANMP, que não é um bando de sociais-democratas, ou laranjinhas mal dispostos que só querem fazer pirraça ao Governo. Trata-se de um conjunto de eleitos autárquicos, de todos os partidos, com maioria do PS e do PSD que votaram este documento e que pessoalmente perfilha na íntegra e tem toda a liberdade conceptual de considerar que é uma resposta mínima ao Governo. Portanto não está a provocar, está apenas a apelar para que o Governo corte menos nas autarquias do que já cortou até agora e em que nem sequer contactou a Associação Nacional de Municípios Portugueses para cortar na taxa do IMI que cortou ano passado, e agora para retirar os 100 milhões de Euro que retirou com o PEC e espera que, desta vez, contacte a ANMP. Agora a questão que se coloca é esta: enquanto o Governo não mostrar disponibilidade para cortar na Administração Central, e a disponibilidade até agora tem sido nula e basta ler a entrevista que o Sr. Ministro das Finanças deu este fim-de-semana ao jornal Expresso, que é uma boa entrevista no sentido que é esclarecedora, mas que apesar de tudo mantém-se nas suas “tamanquinhas”. Portanto quem tem de responder e dizer onde é que pode cortar é o Governo e não a Câmara Municipal de Cascais. Mas se a Sr.^a Vereadora insiste muito em que lhe dê um exemplo, pode referir que ontem sentou-se ao seu lado e do Sr. Vereador Alípio Magalhães o Governador Civil de Lisboa, que é muito boa pessoa, conhece-o há muitos anos, mas é um lugar político que não serve para nada e ainda por cima tem um “saco azul” que lhe permite comprar carros de combate, por 5 milhões de Euro, certamente para evitar a sublevação da população de Lisboa na próxima cimeira da Nato! Aqui está uma boa

maneira para começar a reduzir custos com a máquina do Estado. Por exemplo, cada vez que se assina um protocolo a propósito das praias, quem assina esse protocolo não é o Presidente da Câmara com o Governo, mas sim este com cinco instituições do Estado. Porque é que não se extinguem quatro e concentra-se essas competências todas na CCDR? Poderia dar mais exemplos, mas o Governo sabe muito bem onde cortar. Agora sabe qual é a dificuldade e a pressão da Administração Pública e das máquinas partidárias para que esses institutos e esses Serviços se mantenham. Pergunta a Sr.^a Vereadora o que é que a Câmara quer cortar. Parece que a Sr.^a Vereadora não estava na Câmara quando foi aprovado o Projecto de Coesão, Sustentabilidade e Desenvolvimento que tem 37 medidas e entre elas recordava duas: 20% a menos nos protocolos já subscritos, excepto nos protocolos da acção social e dos bombeiros e ainda 50% nos eventos, além de um conjunto de medidas de racionalização que já tinham sido previstas antes do Governo se preparar para esta última ofensiva em termos orçamentais. Portanto, insistia, partilhando das preocupações da Sr.^a Vereadora, que são também preocupações de quem defende o Estado Português de uma situação ainda pior se se viesse a não ter Orçamento, da sua parte defende tudo o que possa contribuir. Mas o que pode contribuir não é esta Moção porque, bem ou mal, ela não vai contribuir absolutamente em nada e tem a consciência disso. O que pode contribuir é a resposta positiva do Governo para falar com as oposições num tom de voz diferente e com o propósito de abrir mão nalgumas áreas, porventura não em todas, isso será impossível. Está perfeitamente à vontade para o dizer, porque numa das três vezes em que foi ministro foi num governo que estava numa situação muito parecida e que era presidido pelo Dr. Mário Soares e que tinha um Ministro das Finanças que se chamava Ernâni Lopes e que tinha dois partidos que actuaram responsavelmente e portanto sabe do que é que está a falar e sabe o que é que é necessário adoptar em termos de medidas corajosas e medidas dolorosas para poder controlar as despesas públicas e para poder reequilibrar as finanças públicas. Mas para isso são necessários gestos do Governo e também de todos os partidos da oposição e não apenas do PSD. Não concentrem o foguetório no PSD porque isso é profundamente demagógico, embora não ignore as responsabilidades cimeiras do maior partido da oposição e medidas tomadas pelo próprio Governo em termos de aproximação. Portanto lamentava dizer que não retirava uma vírgula ao texto que apresentou.

SR.^a VEREADORA LEONOR COUTINHO disse registar com satisfação o facto do Senhor Presidente reconhecer a dificuldade da situação e da importância de haver negociações. Aliás ela própria disse -e voltava a reiterar- que obviamente as negociações são entre todos, e todos têm de se aproximar e pensa que o Ministro das

Finanças publicamente no jornal Expresso, para além de todas as outras medidas que tenha tomado já, indiciou claramente que o Orçamento terá de resultar dessas negociações; contrariamente a posições, por exemplo, tomadas pela ex-líder do PSD, Dr.^a Manuela Ferreira Leite, que acha que o que é preciso é não fazer negociações e aprovar sem olhar. Na sua opinião, contrariamente, o que é importante é o contributo de todos. É evidente que todos os órgãos do Estado têm aumentado as suas despesas; elas têm sido aumentadas a nível do Estado e pensa que era importante analisar, em detalhe, onde é que elas foram aumentadas e ter um programa de corte dessas mesmas despesas. Pessoalmente tem sobre isso também algumas posições e pensa que a nível dos municípios é a mesma coisa e pensa que a nível deste município em concreto uma coisa é fazer um texto com muitas palavras e outra coisa é quantificar medidas e as únicas medidas que estão quantificadas no plano que esta Câmara aprovou sem os votos do PS, tem que ver com algo parecido com o PEC II, que foi cortar onde é mais fácil, ou seja, nos subsídios que se dá aos outros, mas não medidas internas de funcionamento como, por exemplo, as medidas que o próprio Sr. Vice-Presidente, nas suas funções nacionais, diz que é necessário tomar, a nível da racionalização, por exemplo, das empresas municipais. Aquilo que se está a fazer neste momento não tem nada que ver com os apelos que são feitos a nível nacional. Por isso, aquilo que pergunta e pede -e fará um requerimento nesse sentido- é quanto é que as despesas desta Câmara -porque assim como em relação ao Estado é importante fazer isso, é importante também fazê-lo em relação a todos os órgãos- têm aumentado nos últimos anos e em que medida este ano essas despesas vão continuar a aumentar ou podem ser reduzidas e quais são os projectos para 2011 a nível da redução das despesas. Evidentemente que fazer uma moção sobre um texto que não existe, obviamente que a si o repugna. Não tem qualquer problema em registar o comunicado da ANMP que obviamente defende o direito dos seus associados e pensa que muito legitimamente. Outra coisa é aquilo que o Senhor Presidente agora apresenta e propõe e que obviamente tem um cariz político contrário à negociação, conforme disse na sua primeira intervenção.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que ia tentar ser rigoroso, pese embora esta intervenção da Sr.^a Vereadora Leonor Coutinho que faz parecer que não tem andado cá. Não ia entrar em questões de política nacional, mas não faz apelos, entende que o Governo neste momento precisa mesmo é de ser provocado, porque a partir do momento em que se entra no bolso das pessoas da forma como se está a entrar e se é confrontado com os ordenados que os boys socialistas recebem e da sua parte cada vez ganha menos, de facto dá-lhe toda a legitimidade para os provocar e dá-lhe toda a legitimidade para os questionar sobre as matérias que o Governo está

irresponsavelmente a desenvolver e não é nos últimos meses, é há vários meses. Do mesmo modo também, gostaria de dizer à Sr.^a Vereadora que é completamente incoerente aquilo que a Sr.^a Vereadora acabou de referir. Porque se a situação é extremamente difícil, como a Sr.^a Vereadora disse, o Partido Socialista fez um ano que foi eleito e há um ano que para o PS tudo estava bem em Portugal. Há onze meses tudo estava excelente em Portugal. Há dez meses tudo estava excelente em Portugal. Teve sempre tudo excelente em Portugal até que, por duas vezes, a Europa, pela Sr.^a Merkel, e pelo BCE, decidiram chamar à Alemanha e a Bruxelas o Sr. 1º Ministro e “puxaram-lhe as orelhas” pela sua irresponsabilidade e por não ter tomado conta nem ter tido noção do estado a que estava a levar o País e da forma como o Governo não estava, sequer, a aceitar a realidade, num processo de completa negação. E não viu, nem da parte da Sr.^a Vereadora, nem da parte do Partido Socialista de Cascais, nenhum alerta ao Sr. 1º Ministro para a situação a que o País estava a chegar. Por isso acha muito estranho que venha agora com essa preocupação da extrema dificuldade em que o País está. Ainda há uma semana atrás, o Sr. 1º Ministro reincidia que se ia continuar com grandes obras públicas como o TGV e novo Aeroporto, para depois vir apresentar aquilo que vai apresentar que entra directamente no bolso das pessoas e por isso pessoalmente -e pensa que os portugueses em geral e especialmente os funcionários públicos- a partir do momento em que lhe estão a entrar no bolso da forma como o estão a fazer, têm todas as condições não para apelar, mas sim para provocar o Governo a, de uma vez por todas, que governe e que se deixe de palhaçadas como têm sido ultimamente as declarações do Sr. 1º Ministro. Mais, enquanto autarca não pode aceitar que faça as críticas que fez, primeiro porque isso revela que desconhece completamente a realidade, em segundo lugar porque quando foi chamada a decidir votou contra, nomeadamente o PCSD e portanto não tem nenhuma autoridade nem moral, nem política, nem de coisa nenhuma para dizer aquilo que acabou de dizer. Vem publicado na imprensa deste fim de semana as contas de um conjunto de institutos públicos em que bastaria apenas reduzir 10% na despesa total destes institutos, para evitar que, nomeadamente o IVA, fosse aumentado, conhecendo-se as consequências que isso terá para a vida das pessoas. Por outro lado, aparece também publicado na imprensa um conjunto de 46 institutos que podem perfeitamente ser extintos, porque acabam por duplicar as funções de outros e não têm rigorosamente nada de novo a trazer em relação a outros. Em relação àquilo que o Município de Cascais fez, foi assumir as suas responsabilidades a seu tempo e como o Partido Socialista -pensa que por questões de ordem interna ou por questões de contestação interna, e muito pelo desnorte que o próprio Governo transmite para as estruturas socialistas- de facto faz “alarvidades” como aquelas que

fez sobre o Cool Jazz, onde numa coisa que tinham votado a favor por unanimidade e muito tempo antes das eleições. Conhece as pessoas que devem ter feito o comunicado do PS, ou pelo menos que deram a cara como o Dr. Alípio Magalhães e a Sr.^a Vereadora que sabe que são pessoas sérias, e aquele tipo de manifestação é de uma pessoa não séria. Foi mal informado, foi mal documentado e por isso, depois fazem estas declarações. Por outro lado e ao contrário do que a Sr.^a Vereadora está a apelar, e do que diz que vai fazer por requerimento e que vai fazer “trinta por uma linha”, o que lhe recomendaria era que esperasse, porque esta maioria não apresentará o Orçamento Municipal para o próximo ano sem antes fazer um balanço daquilo que foi apresentado e aprovado no PCSD, porque são sérios, ao contrário do Governo que anda a dizer que a situação é muito, muito, grave, mas ainda não apresentou no PEC II o que é que correu mal, onde é que surgiram despesas imprevistas. Isto é, não deu contas a ninguém, não apresentou ainda a proposta de Orçamento Geral de Estado e depois faz aquilo tudo que anda a fazer. Portanto da parte desta maioria, antes de apresentar o Orçamento Municipal para 2011, que nas suas linhas gerais está feito, irá dar conta daquilo que é a evolução do PCSD, porque só assim é que se pode fazer de forma séria e com o tal sentido de responsabilidade, o tal sentido de Estado e todos os sentidos que a Sr.^a Vereadora queira. Mas não se pode pedir aos outros aquilo que nós próprios não fazemos e é isso que o Partido Socialista está a fazer. Mais, informava também de que, aquando do Orçamento Municipal, apresentará todo o plano que está no PCSD de reestruturação empresarial da Câmara e o que gostaria de ver da parte da Sr.^a Vereadora é depois de se apresentar essa reestruturação empresarial, que a Sr.^a Vereadora venha dizer se fica acima, abaixo, aquém, além do que o governo socialista de forma irresponsável não tem feito até agora. Portanto espera ver a Sr.^a Vereadora recuar em tudo aquilo que acabou agora de referir. Como também trará, juntamente com o Orçamento Municipal, um plano de reestruturação do património imobiliário do Município, coisa que o Governo se recusa também a fazer e que se sabe da forma como está a esbanjar o dinheiro do País. Por isso aconselhava a Sr.^a Vereadora a ter mais calma, porque são pessoas por quem tem grande consideração e respeito, mas de facto com esse tipo de intervenções não é possível essa e outras intervenções, porque o Partido Socialista -e acredita que seja por questões mais internas do que por outra coisa- teve o seu líder concelhio pelo menos numa das assembleias de freguesia e levou uma moção às assembleias de freguesia do Concelho que lhes saiu muito mal, porque de facto entre o que lá está escrito e a realidade é pura coincidência, sobre o esvaziar de poder das freguesias do Concelho de Cascais, quando a realidade é que não há qualquer esvaziamento. Não foram cortados nenhuns protocolos, ao contrário do que foi dito,

estão todos em vigor, a descentralização está feita. E isto entronca nesta questão -e é mais uma incoerência da Sr.^a Vereadora na abordagem destas matérias- é que não pode vir criticar esta Moção, por via da não descentralização de verbas do Governo para os municípios, aceitando que o esforço tem de ser colectivo e que portanto o Governo tem de facto também de cortar nos municípios, independentemente dos autarcas gostarem ou não, e depois o Partido Socialista em Cascais vir pedir o contrário das freguesias para as câmaras, quando uma é verdade -o Governo tem cortado para os municípios; mas a outra não é verdade porque a Câmara de Cascais não tem cortado às freguesias e por isso é mais uma incoerência da Sr.^a Vereadora. É franco: se a situação, de facto, do País não fosse tão grave como é, mas que só agora é que o Sr. Primeiro-Ministro está a chegar a essa conclusão, a si deixava-o satisfeito porque revela que o PS, que está completamente desnordeado do Concelho de Cascais, não acerta uma, "em cada cavadela sai uma minhoca" e isso para quem está na governação da autarquia deixa-lhes algum conforto em relação a terem o Partido Socialista da forma como está, que não tem credibilidade rigorosamente nenhuma pelos "tiros nos pés" que dá de uma forma constante, sistemática e teimosa, o que quer dizer que, porventura, tem uma capacidade de masoquismo grande, mas isso cada um sabe aquela que quer ter. Terminava dizendo o seguinte: É óbvio que esta Moção tem de ser aprovada, é óbvio que o Governo não fez nenhum esforço a nível do corte da redução das suas despesas, foram os municípios que, ainda assim, contribuíram de forma positiva para a redução do défice, ao contrário do que o Governo tem vindo a fazer. Ou seja, os municípios vão ser penalizados por terem cumprido e este Governo precisa de ser penalizado por não ter cumprido as suas obrigações e as suas responsabilidades.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA considerou que quem tem acirrado os ânimos é o PS, desde logo com a governação que tem feito, em que nos últimos quinze anos, esteve doze anos no governo. Portanto contribuiu extraordinariamente para a situação em que o País está. Em segundo lugar teve uma maioria absoluta e teve tempo e condições para corrigir determinadas situações, o que não fez. Incentivou o consumismo das famílias, o endividamento das empresas tem sido "autorizado" pelo Governo, e no fim de contas tem governado mal e é um governo que não presta para o País. Mais, no dia 24 de Novembro, são as duas centrais sindicais que vão promover uma greve geral.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA interrompeu, recordando que o líder de uma das centrais sindicais é o líder o Partido Socialista na bancada da Assembleia Municipal de Cascais.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA prosseguiu dizendo que isso é mais uma prova que o descontentamento sobre as políticas levadas a cabo pelo Governo é geral e não se cinge apenas a pessoas ou simpatizantes dos partidos da oposição. Relativamente aos PEC I e II, não se tem visto melhoras significativas nas contas porque só uma parte da população portuguesa é que está a pagar essa política e isso é que é grave. De resto há sindicatos que até estão a suscitar dúvidas sobre a legalidade destas medidas e o que se tem visto é uma enorme falta de diálogo do Governo na aplicação destas medidas e quando não existe o diálogo isso tem um nome: está a ser implantada uma ditadura dentro dos aspectos democráticos que efectivamente existe e isso é que é grave e tem sido dito por diversos quadrantes políticos que efectivamente há uma única voz a prevalecer que é a do Governo. Por isso a CDU irá votar a favor desta Moção.

Colocada a votação, a Moção foi aprovada por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Leonor Coutinho, Alípio Magalhães e Alexandre Faria do PS.

3- COMUNICADO “O PS E O COOLJAZZ”.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou o documento em epígrafe e que surge na sequência de uma informação do Partido Socialista de Cascais e que vem respigado pela Agência de Notícias LUSA, de uma forma que considera escandalosa, porque esta diz que o contactou mas não obteve resposta. Ora a verdade é que contactou a sua assessora de imprensa às 17 horas e foi dada uma resposta às 20 horas e 30 minutos e mesmo assim publica o comunicado do Partido Socialista sem publicar a resposta que às 20 horas e 30 minutos lhe foi remetido pela Câmara, o que mostra bem como é que a Agência LUSA trabalha em Cascais e com que isenção é que trabalha em Cascais. Aliás fez reparo no comunicado a esse aspecto. Mas isso é um aspecto formal que o Partido Socialista não terá eventualmente nada a ver. Quanto ao conteúdo, a resposta e o comunicado falam também por si. Gostaria ainda de salientar o seguinte aspecto que não é referido no comunicado e que se deve ao facto de quando preparou a resposta à LUSA, na passada Sexta-feira, ao fim do dia, estava em casa e não tinha na sua posse o calendário da aprovação das propostas em reunião de Câmara e qual foi a posição que os Vereadores do Partido Socialista na altura tomaram e quando hoje de manhã chegou à Câmara, deparou-se com esta coisa extraordinária que é o facto de ter verificado que a deliberação de Câmara que aprovou os € 900.000,00 para esta iniciativa, foi tomada por unanimidade, e a deliberação tem a ver exactamente com o Coll Jazz, não tem a ver com outra coisa, aprovação essa que não ocorreu nas vésperas das eleições, mas um ano antes, no

dia 17 de Dezembro de 2008. Portanto irá fazer um aditamento ao comunicado a explicar isto e ao mesmo tempo que reincide na solicitação ao Partido Socialista que apresente desculpas ou esclarecimentos públicos sobre esta situação.

4- OUTROS ASSUNTOS.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA apelou a que se acelere o processo de reclassificação dos funcionários municipais, antes que o Orçamento de Estado entre em vigor, porque caso contrário ainda haverá um corte maior nas condições de vida dos funcionários. De resto na última reunião pediu a listagem dos funcionários abrangidos por essa reclassificação. Gostaria de saber quais são as medidas que a Câmara está a tomar relativamente ao combate à pobreza, tendo em conta estas medidas do Governo e que certamente vão agravar ainda mais as condições de vida dos munícipes. Solicitou que lhe fosse feito um ponto da situação sobre a abertura do novo ano escolar. Por exemplo sabe que uma das escolas não abriu por falta de funcionários. Solicitava também que o informassem para quando está previsto o arranque das obras de recuperação da Casa Sommer. Por último, solicitava que o informassem sobre o ponto da situação do Bairro da Cruz Vermelha.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que a situação que o Sr. Vereador referiu sobre a não abertura de uma escola não diz respeito à Câmara Municipal de Cascais. Trata-se da Escola António Pereira Coutinho. Em relação às escolas que são da responsabilidade da Câmara, tudo correu normalmente. Aproveitava para informar que a Sr.^a Ministra da Educação adiou, pela terceira vez, a audiência que estava marcada consigo, mas por motivos justificados, estando prevista essa audiência para um dos próximos dias. Em relação à Casa Sommer, foi finalmente ultimado o processo de expropriações, que foi muito complexo, e estão agora reunidas as condições para lançar o respectivo concurso.

A SR.^a VEREADORA CONCEIÇÃO CORDEIRO esclareceu que relativamente à alteração do posicionamento remuneratório dos trabalhadores, neste momento há cerca de uma centena de trabalhadores que já têm a sua alteração do posicionamento remuneratório consagrada, alguns com retroactivos a Janeiro de 2008, outros a Janeiro de 2009, dependente do momento em que atingiram os dez pontos obrigatórios por lei. Neste momento está a ser feita uma avaliação, está a ser pedido aos Srs. Directores de Departamento e aos Senhores Vereadores que ultimem os processos de avaliação de desempenho, alguns não estão ainda terminados referentes a 2009, e na medida em que os processos de avaliação de desempenho são evidentemente cruciais para se aferir os pontos. Todos os processos que neste momento estão entregues no Departamento de Recursos Humanos e que

relativamente aos quais os trabalhadores têm os dez pontos atingidos, já se está a fazer a alteração do posicionamento remuneratório. Tem de ser publicada uma listagem com o nome dos trabalhadores que viram alterado o seu posicionamento remuneratório -e julga que é isso que o Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça se referiu- e neste momento a preocupação foi mais de, face ao atraso dos processos de avaliação de desempenho -2007, 2008 e 2009- ultimar esses processos para garantir que os trabalhadores, de facto, vissem consagrada na sua remuneração a alteração do posicionamento e muito brevemente conta publicar a listagem que é obrigatória.

A SR.^a VEREADORA MARIANA RIBEIRO FERREIRA informou que sobre as questões de combate à pobreza, numa das propostas que vai apresentar nesta reunião de Câmara o reforço de verba tem exactamente a ver com os apoios directos que estão a ser prestados às famílias, já que a verba atribuída há uns meses atrás não é suficiente e neste momento já há um aumento dos pedidos de ajuda em cerca de 30% e em que através das medidas do PCSD foi possível reforçar a rubrica. Outra medida foi por exemplo o apoio ao Gabinete das Famílias Endividadas e há outros projectos que estão em curso já para 2011 e que se prendem directamente com a formação profissional e todos os esforços que têm de ser feitos com a inserção profissional. Têm sido desenvolvidos alguns esforços com as Conferências Vicentinas que apoiam directamente estas famílias e foi criada agora uma nova Conferência Vicentina no Bairro da Adroana exactamente pelas dificuldades que foram sentidas com esta população mais vulnerável. Sobre o Bairro da Cruz Vermelha e sobre a sua regeneração, estão já em curso conversas com a St.^a Casa da Misericórdia de Cascais, porque a necessidade detectada é antiga, a situação em que vivem estes moradores é insustentável e vai ser dado início já este ano ao realojamento de famílias que residem nos dois lotes mais degradados.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que existem no Bairro da Cruz Vermelha duas situações diferentes. Uma é aquela que a Sr.^a Vereadora Mariana Ribeiro Ferreira relatou que é sobre os prédios inacabados que lá estão e que estava por resolver há muitos anos e por via também da aplicação do PCSD que tem esta componente social muito presente, já veio a uma anterior reunião de Câmara a aprovação do empréstimo e as pessoas vão começar a ser realojadas e depois os prédios serão demolidos. A outra questão tem a ver com o próprio bairro em si e sobre isso houve já uma reunião entre vários departamentos, é um processo complicadíssimo e por isso a Câmara está, juntamente com a Comissão de Moradores e com vários Departamentos da Câmara, nomeadamente o DRU e o DGU, a procurar resolver a questão do bairro.

O PAOD terminou às 10:32

- PONTOS PRÉVIOS:

a)- DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL DAS EXECUÇÕES FISCAIS - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 109/2010.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada com 3 abstenções dos Srs. Vereadores Leonor Coutinho, Alípio Magalhães e Alexandre Faria do PS.

b)- REMESSA PARA DISCUSSÃO PÚBLICA DO REGULAMENTO DE COBRANÇA E TABELA DE TAXAS PARA 2011.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

3. DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomar conhecimento.

3.2. NOTAS DE SERVIÇO.

por haver lugar à apresentação de notas de serviço.

4. DIRECÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL:

4.1. FINANCEIRO:

4.1.1. RECOLHA DE RECEITA DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CASCAIS CENTER – ALTERAÇÃO.

*Aprovado por maioria, com 3 votos contra dos
3es. Vereadores do PS e 1 abstenção do Sr. Vereador
do CDU.*

4.1.2. REGULAMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CASCAIS.

*Aprovado com 3 abstenções dos Sr.
Vereadores do PS.*

4.2. PLANO E ORÇAMENTO:

4.2.1. TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O ENSAIO DE MATERIAIS - ANO 2010.

Aprovado por unanimidade.

4.2.2. 12ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010 – 2013 E 12ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2010.

*Aprovado em 4 abstenções, sendo 3 dos
Sr. Vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador
da CDU.*

4.3. APROVISIONAMENTO:

4.3.1. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENÇA DO MUNICÍPIO DE CASCAIS POR OCUPAÇÃO (REMOVIDOS DA VIA PÚBLICA) A VIGORAR DURANTE O PRAZO MÁXIMO DE TRÊS ANOS OU ATÉ 2000 VEÍCULOS, QUE SE ENCONTRAM EM DEPÓSITO NO PARQUE MUNICIPAL DE MATERIAIS E VIATURAS DE TRAJOUCE - APROVAÇÃO DE NÃO ARREMATACÃO.

Aprovado por unanimidade.

4.3.2. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENÇA DO MUNICÍPIO DE CASCAIS POR OCUPAÇÃO (REMOVIDOS DA VIA PÚBLICA) A VIGORAR DURANTE O PRAZO MÁXIMO DE TRÊS ANOS OU ATÉ 2000 VEÍCULOS, QUE SE ENCONTRAM EM DEPÓSITO NO PARQUE MUNICIPAL DE MATERIAIS E VIATURAS DE TRAJOUCE - APROVAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

Aprovado por unanimidade.

4.4. GESTÃO PATRIMONIAL:

4.4.1. ACEITAÇÃO DE EQUIPAMENTO (RETROESCAVADORA) PROVENIENTE DO PATRIMÓNIO DA GRISA-IMOBILIÁRIA PARA EFEITOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO.

Retirado

4.4.2. PERMUTAS DE PARCELAS DE TERRENO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E CHOPE – CONSTRUÇÕES CIVIS E OBRAS PÚBLICAS, LIMITADA, COM AS ÁREAS DE 58 M2 E 72 M2, SITUADAS EM S. DOMINGOS DE RANA, FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA, DESTINADAS A CONSTRUÇÃO E ARRUAMENTOS.

Aprovado por unanimidade.

4.4.3. PERMUTA DE PARCELAS DE TERRENO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E VARANDA DA EUROPA – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA., COM AS ÁREAS DE 287,83 M2, SITUADAS NO LUGAR E FREGUESIA DE ALCABIDECHE, DESTINADAS A CONSTRUÇÃO.

Aprovado por unanimidade.

4.4.4. ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 126 M2, SITUADA NO MURTAL, FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA, A ODETE MARGARIDA LOBATO FAFAIOL MENDES, DESTINADA A ALINHAMENTO DE LOTE.

Aprovado por unanimidade.

4.4.5. DISTRATE DA ESCRITURA DE CEDÊNCIA GRATUITA DE QUATRO PARCELAS DE TERRENO COM A ÁREA TOTAL DE 2.551,57 M2, SITUADAS NA PAMPILHEIRA, FREGUESIA DE CASCAIS POR RICARDO FREIRE, DESTINADAS A ARRUAMENTOS, ESPAÇOS VERDES E EQUIPAMENTO.

Adiado.

4.4.6. RESCISÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO NÃO HABITACIONAL, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS, NA QUALIDADE DE ARRENDATÁRIO, E “BEMLEMBRADOS II – ADMINISTRAÇÃO DE BENS, S.A.” E DUARTE MARIA TORRE DO VALE DE MELO GUIMARÃES, NA QUALIDADE DE PROPRIETÁRIOS, DO IMÓVEL NO 1º. ANDAR DIREITO, SITO NA AVENIDA 25 DE ABRIL, Nº.17, EM CASCAIS, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O GABINETE MÉDICO DA C.M.C.

Apresentado por unanimidade.

5. URBANISMO:

5.1. PROCESSO Nº: SPO-389/2007 - NOME: CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS - LOCAL: TIRES - S. DOMINGOS DE RANA - ASSUNTO: ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO - ALVARÁ Nº 302.

Apresentado por unanimidade.

5.2. PROCESSO Nº: SPO-390/2007 - NOME: CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS - LOCAL: TIRES - ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO.

Apresentado por unanimidade.

5.3. PROCESSO Nº: SPO-832/2010 (CX 10338) - NOME: IDALINA MESTRA MADEIRA - LOCAL: LARGO DO CHAFARIZ - RUA DOS RUSSOS – EDIFÍCIO DOS ARCOS – TRAJOUCE – FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA - ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – ABSORÇÃO DE ESTACIONAMENTO.

Aprovado por unanimidade

6. ACTIVIDADES ECONÓMICAS:

6.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ACP – AUTOMÓVEL CLUBE DE PORTUGAL – 5º RALLY DE PORTUGAL HISTÓRICO - € 20.000,00.

Aprovado por unanimidade.

6.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FBF, FILMES UNIPESSOAL LDA., PARA APOIO À PRODUÇÃO DA LONGA-METRAGEM “A MORAL CONJUGAL”, DE ARTUR SERRA ARAÚJO - € 20.000,00.

Aprovado por unanimidade.

7. REQUALIFICAÇÃO URBANA:

7.1. ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1354, DENOMINADO B.º DAS LONGAS, EM NOME DE ADRIANO SANTOS MOREIRA E OUTROS, LOCALIZADO EM TIRES, NA FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovado por unanimidade.

8. JUVENTUDE E CONHECIMENTO:

8.1. WORKSHOP DE TEATRO DE INVERNO 2010 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASCAIS - € 1.000,00.

Aprovado por unanimidade.

8.2. PROGRAMA JOVENS ACTIVOS E PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE JOVENS – ANULAÇÃO DE REMANESCENTES DE CABIMENTOS.

Aprovado por unanimidade.

9. AMBIENTE:

9.1. SUBSÍDIO À FUNDAÇÃO S. FRANCISCO DE ASSIS, PARA DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA 3ª FASE NO VALOR DE € 30.000,00.

Aprovado por unanimidade.

9.2. INICIO DO PROCEDIMENTO DE APRECIÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DO ART. 118º DO CPA, DE SEIS PROJECTOS DE REGULAMENTO NA ÁREA DO AMBIENTE.

Aprovado por unanimidade.

9.3. ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA EMAC – EMPRESA DE AMBIENTE DE CASCAIS, E.M., S.A..

Aprovado por unanimidade.

10. MANUTENÇÃO E TRÂNSITO:

10.1. MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE “COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO (GASOLINA E GASÓLEO) ” EM POSTOS PÚBLICOS NA MODALIDADE DE CARTÃO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 105/2010.

Aprovado com 3 abstenções dos Sus. Vereadores do PS.

10.2. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ESUC – EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, RELATIVO À ADAPTAÇÃO DO PISO 1 E PARTE DO PISO 2 PARA A INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS E CONSTRUÇÃO DA PORTARIA DE APOIO AO PARQUE DE ESTACIONAMENTO NO PISO -2.

Aprovado por maioria, com 3 votos contra dos Sus. Vereadores do PS.

10.3. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ESUC – EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, RELATIVO À OBRA “PARQUE MARECHAL CARMONA – ESTACIONAMENTO C.M.C DRAMÁTICO”.

Aprovado por maioria, com 3 votos contra dos Sus. Vereadores do PS.

10.4. CONTRATO - PROGRAMA A CELEBRAR COM A ESUC – EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, RELATIVO À OBRA “PORTARIA DO ESTACIONAMENTO C.M.C DRAMÁTICO”

Aprovado por maioria, com 3 votos contra dos Sus. Vereadores do PS.

11. CULTURA

11.1. ANULAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS.

Aprovado por unanimidade.

11.2. HORÁRIO DE INVERNO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASCAIS – INFANTIL E JUVENIL.

Aprovado por unanimidade.

11.3. OBRAS NA SEDE SOCIAL DA SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO PARENSE (PCO) APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES A MINUTA DE PROTOCOLO - ALTERAÇÃO PROPOSTA 823/2010, ANULAÇÃO DE CABIMENTO E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - € 340 000,00.

Aprovado por unanimidade.

11.4. ATRIBUIÇÃO DE PREÇO DE CAPA AO LIVRO “ TRANSFORMAÇÃO E MUDANÇA NO CENTRO E SUL DE PORTUGAL - O 4º. E O 3º. “MILÉNIOS A.N.” E ACTAS DO 3º. COLÓQUIO INTERNACIONAL (CASCAIS 2005).

Aprovado em 3 abstenções do Sr. Vereador do PS.

11.5. ATRIBUIÇÃO DE PREÇO DE CAPA À COLEÇÃO “ROTEIROS DO PATRIMÓNIO DE CASCAIS”.

Aprovado em 3 abstenções do Sr. Vereador do PS.

11.6. PREÇO DO LIVRO CEM ANOS A ENSINAR - COLÉGIO DA BAFUREIRA (1910 – 2010).

Apurado em 3 prestações em Sus. Sereador da B.

11.7. APOIO AO 36º. FESTIVAL DO ESTORIL “ SEMANAS DE MÚSICA” 2010 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE MÚSICA DA COSTA DO ESTORIL - € 150 000,00.

Apurado por unanimidade.

11.8. APOIO AO PROGRAMA DE COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DA PAREDE € 2.915,00.

Apurado por unanimidade.

11.9. APOIO AO MEDCINE CASCAIS FILM FESTIVAL 09 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO A CULTURMED PRODUÇÃO DE CULTURA, INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO EM MEDICINA - € 18 965,00.

Apurado por unanimidade.

11.10. CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E RESSURREIÇÃO DE CRISTO E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA – € 200.000,00.

Retirado

11.11. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SOCIEDADE RECREATIVA MUSICAL DE CARCAVELOS - APOIO À REPARAÇÃO DE TECTO - € 9 438,00.

Aprovado por unanimidade.

11.12. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DESTINADO RELATIVO À COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NOS ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO 2010 DA FUNDAÇÃO PAULA REGO E CASA DAS HISTÓRIAS PAULA REGO € 450.000,00.

Aprovado.

12. EDUCAÇÃO:

12.1. ACORDO DE COLABORAÇÃO A SER CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A CERCICA.

Aprovado por unanimidade.

12.2. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DESIGNADO POR “PROJECTO DE RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA EB1 Nº 3 DE TIRES.

Aprovado por unanimidade.

12.3. APOIO AO FUNCIONAMENTO DO PROJECTO BANCO DE AJUDAS TÉCNICO PEDAGÓGICAS - € 40.956,82.

Aprovado por unanimidade.

12.4. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL SETE OFÍCIOS - € 3.875,00.

Aprovado por unanimidade.

12.5. PROGRAMA DE APOIO ALIMENTAR – ENCERRAMENTO DE CONTAS DO ANO LECTIVO DE 2009/2010 E ABERTURA DO ANO LECTIVO DE 2010/2011 - € 393.830,63.

Aprovado por unanimidade.

12.6. PROGRAMA ALIMENTAR - ATRIBUIÇÃO DE VERBA AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE SANTO ANTÓNIO DA PAREDE, ALCABIDECHE, MATILDE ROSA ARAÚJO, AQUILINO RIBEIRO E CASA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - € 17.132,17.

Aprovado por unanimidade.

12.7. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À APD/CRID PARA REALIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROJECTOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - € 15.000,00.

Aprovado por unanimidade.

12.8. ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA RESPOSTA TERAPÉUTICA A ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS - € 4.042,18.

Aprovado por unanimidade.

12.9. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA – PROGRAMA ECO-ESCOLAS - € 500,00.

Apresentado por unanimidade.

12.10. DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBA PARA O GRUPO RECREATIVO E FAMILIAR DE MURCHES PARA FAZER FACE AOS ENCARGOS COM A REFORMULAÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DO JARDIM DE INFÂNCIA DE MURCHES - € 2.003,76.

Apresentado por unanimidade.

12.11. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DO ESTORIL – CENTRO DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CASCAIS – PROGRAMA ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - € 5.700,00.

Apresentado por unanimidade.

12.12. ATRIBUIÇÃO DE VERBA AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCABIDECHE PARA APOIO NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - € 15.000,00.

Apresentado por unanimidade.

12.13. DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA / ANIMAÇÃO SÓCIO EDUCATIVA - € 12.990,00.

Apresentado por unanimidade.

12.14. AUXÍLIOS ECONÓMICOS - MANUAIS ESCOLARES PARA O 1º. CICLO
- ATRIBUIÇÃO DE VERBAS AOS AGRUPAMENTOS 2010/2011 - € 87.511,92.

Aprovado por unanimidade.

12.15. ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DA
UNIDADE DE APOIO À MULTIDEFICIÊNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
DA ALAPRAIA - € 4.999,00.

Aprovado por unanimidade.

12.16. ATRIBUIÇÃO DE NOME À ESCOLA NOVA EM ALCABIDECHE –
ESCOLA BÁSICA DO PRIMEIRO CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA ALTO DA
PEÇA.

Aditado,

12.17. ALTERAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º. CICLO
Nº.3 DE BIRRE PARA ESCOLA BÁSICA DO PRIMEIRO CICLO E JARDIM DE
INFÂNCIA AREIA – GUINCHO.

Aprovado por unanimidade.

13. DESPORTO:

13.1. DENÚNCIA DO PROTOCOLO DE GESTÃO DO COMPLEXO
DESPORTIVO DE ALCABIDECHE.

Retirado

13.2. DENÚNCIA DO PROTOCOLO DE GESTÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DE S. DOMINGOS DE RANA.

Retirado.

13.3. CONTRATO-PROGRAMA COM A FORTALEZA DE CASCAIS, E.E.M. PARA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA ABÓBODA € 60.000,00.

*Aprovado por unanimidade, com 3 votos
contra do Sr. Vereador do PS.*

13.4. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES 2010/11 – PROTOCOLOS COM ASSOCIAÇÕES - FEDERAÇÕES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE LISBOA - € 2.402,37.

Aprovado por unanimidade.

14. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL:

14.1. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE FOGO DO AGREGADO FAMILIAR DE BARTOLOMEU MOREIRA PEREIRA, RESIDENTE NO BAIRRO DA ABUXARDA, RUA AMÁLIA RODRIGUES, LOTE 92- 1º DRT, DE TIPOLOGIA T2, PARA O FOGO DE TIPOLOGIA T1 SITO NO BAIRRO DE ALCABIDECHE, LOTE 5- 2º FRT.

Aprovado por unanimidade.

14.2. TRANSMISSÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO E TRANSFERÊNCIA PARA O FOGO SITO NO BAIRRO MARECHAL CARMONA, RUA CIDADE DO GUARUJÁ, BLOCO 17- 1º ESQ., PARA CLÁUDIA TAVARES

Aprovado por unanimidade.

14.3. TRANSMISSÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO, PARA EVA ROSA LEAL, DO FOGO SITO NA RUA AV. ENG.º ADELINO AMARO DA COSTA, CASA 5, NO Bº OPERÁRIO JOSÉ LUÍS.

Aprovado por unanimidade.

14.4. TRANSMISSÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO, PARA CARLOS MOREIRA, DO FOGO SITO NA RUA MARTIN LUTHER KING, BLOCO 29, 1º DRT, NO Bº NOVO DO PINHAL, NO ESTORIL.

Aprovado por unanimidade.

14.5. REVOGAÇÃO DA PROPOSTA 749/2010, PONTO 14.2 APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 12/07/2010.

Aprovado por unanimidade.

14.6. ATRIBUIÇÃO DE 1 FOGO DE ARRENDAMENTO DO PARQUE HABITACIONAL DO CONCELHO.

Aprovado por unanimidade.

14.7. PROPOSTA DE PERMUTA ENTRE OS INQUILINOS DOMINGOS MOREIRA VARELA E MARIA MARGARIDA PINTO VASCONCELOS.

Aprovado por unanimidade.

14.8. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO CONCELHO DE CASCAIS (FAP), NO ÂMBITO DA PARCERIA ESTABELECIDADA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO "PONTOSDEESCUA"- SUBSÍDIO NO VALOR DE € 10.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14.9. ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO PORTUGUESA PARA O ESTUDO, PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA TOXICODEPENDÊNCIA (F.P.E.P.T.T.) – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO VALOR DE € 35.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14.10. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO COMUNITÁRIO DE TIRES NO VALOR DE € 14.600,00 NO ÂMBITO DO PROJECTO DE "ATENDIMENTO INTEGRADO".

Aprovado por unanimidade.

14.11. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDO DE ÂMBITO NACIONAL PARA DETERMINAÇÃO DA PREVALÊNCIA DE DOENÇA DE PARKINSON EM PORTUGAL, NO MONTANTE DE - € 500,00.

Aprovado por unanimidade.

14.12. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A MUNDO A SORRIR - ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES NO ÂMBITO DE PARCERIA PARA EXECUÇÃO DO PROJECTO APRENDER A SER SAUDÁVEL - € 2.305,00.

Aprovado por unanimidade.

14.13. PROJECTO "SENIORES EM MOVIMENTO" – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ENTIDADES PARCEIRAS PARA EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJECTO DURANTE A ÉPOCA 2010/2011 NUM TOTAL GLOBAL DE € 97.854,00.

Aprovado por unanimidade.

14.14. PROTOCOLO "MELHOR SAÚDE NO CONCELHO": PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA REFORÇO FINANCEIRO ÀS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS RELATIVAMENTE À EXECUÇÃO DE 2010 - € 3. 467,00

Aprovado por unanimidade.

14.15. ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO CELEBRADO EM 12 DE NOVEMBRO DE 2007 COM A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMILIARES E AMIGOS DE DOENTES DE ALZHEIMER (APFADA) PARA CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DOENTES DE ALZHEIMER - € 100.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14.16. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO MIMAR PARA APOIO NOS ENCARGOS COM RAMAIS - € 10.933,31

Aprovado por unanimidade.

14.17. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – CADIN, PARA SUSTENTABILIDADE DA BOLSA SOCIAL – 2ª TRANCHE - € 50.000,00

Aprovado por unanimidade.

14.18. PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS - PROJECTOS DA CASA GRANDE DA GALIZA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO VALOR DE € 53.186,25

Aprovado por unanimidade.

14.19. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A DIVERSAS ORGANIZAÇÕES, NO ÂMBITO DO PROGRAMA «CASCAIS EM FÉRIAS», PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE CAMPOS DE FÉRIAS ONDE PARTICIPAM CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SÓCIO - ECONÓMICA - € 5.315,57.

Aprovado por unanimidade.

14.20. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DE CARCAVELOS PARA A PRODUÇÃO DE AGENDAS ALUSIVAS AO ANO EUROPEU DO VOLUNTARIADO/ 2011 – € 1.961,00.

Aprovado por unanimidade.

14.21. ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009 RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL N.º SR.ª CONCEIÇÃO DA ABÓBODA PARA APOIO À AQUISIÇÃO DE VIATURA - € 37.447,00.

Apresentado por unanimidade.

14.22. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS PARA APOIO NOS ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA NO CENTRO DE CONVÍVIO NATAEL RIANÇO - ABÓBODA € 24.340,00.

Apresentado por unanimidade.

14.23. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CERCICA PARA APOIO NO TRANSPORTE DE ATLETAS PARA A PROVA DE APURAMENTO NACIONAL ACCESS, QUE DECORREU NA PÓVOA DO VARZIM DE 17 E 18 DE ABRIL DE 2010, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO DA VIATURA DE TRANSPORTE ADAPTADO PROJECTO VELA SEM LIMITES - € 345,00.

Apresentado por unanimidade.

14.24. ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO CELEBRADO EM 15 DE JULHO DE 2007 E À ALTERAÇÃO CELEBRADA EM 27 DE MARÇO DE 2009 COM O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S. PEDRO E S. JOÃO DO ESTORIL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO EDIFÍCIO DE CRECHE - € 100.000,00.

Apresentado por unanimidade.

14.25. TRANSFERÊNCIA DE VERBA À JUNTA DE FREGUESIA DE CASCAIS COM VISTA À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA A CRECHE DA PAMPILHEIRA € 10.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14.26. APOIO A ORGANIZAÇÕES QUE APOIAM DIRECTA E REGULARMENTE MUNICÍPES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SÓCIO-ECONÓMICA: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO, NO VALOR DE € 39.304,00 – 2ª TRANCHE.

Aprovado por unanimidade.

14.27. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO BANCO DE INFORMAÇÃO DE PAIS PARA PAIS – BIPP, DESTINADO À COMPARTICIPAÇÃO NOS ENCARGOS COM O FUNCIONAMENTO DESTA ESTRUTURA - € 10.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14.28. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DOS FILHOS E AMIGOS DO CONCELHO DE SÃO MIGUEL DE CABO VERDE PARA APOIO NAS COMEMORAÇÕES DO DIA DE “NHU SÃO MIGUEL ARCANJO” E FESTAS DOS POVOS - € 492,00.

Aprovado por unanimidade.

15. ASSUNTOS JURÍDICOS:

15.1. PROCESSO DE INQUÉRITO RELATIVO À SUSPENSÃO DE APRECIÇÃO DO PROC. 12925/01 RELATIVO À ARQUITECTURA DO EDIFÍCIO EM CONSTRUÇÃO NO LOTE 20 DA COSTA DA GUIA - RELATÓRIO FINAL.

Aprouvido por unanimidade.

15.2. PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO CONTRA CATARINA ALEXANDRA BERNARDO LEÃO - RELATÓRIO FINAL.

Efectuados os exames secretos, a proposta foi aprovada por maioria com 7 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções.

16. PROTECÇÃO CIVIL:

16.1. APOIO À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL PARA OS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE CASCAIS - SUBSIDIO A ATRIBUIR À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCABIDECHE, POR ESTAR A EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETARIADO DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO € 20.000,00.

Aprouvido por unanimidade, não tendo participado na discussão e votação o Sr. Secretário Miguel Pinto Luz.

16.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DOS ESTORIS PARA GRANDE REPARAÇÃO DE VIATURA € 8.000,00.

Aprouvido por unanimidade.

17. DIVERSOS:

17.1. DIRECTOR DA MARINA DE CASCAIS.

*Aprovado em 4 abstenções, sendo 3 dos
Ses. Vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador da
CDU,*

17.2. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ETE – EMPRESA DE TURISMO ESTORIL, E.M., S.A. – PARA APOIO AO CONCURSO DE SALTOS GTC PORTUGAL – GRANDE PRÉMIO DO ESTORIL (CSI 5 ESTORIL) €150.000,00.

Aprovado por unanimidade.

17.3. PRAÇA DE TOUROS DE CASCAIS - MINUTA DE ACORDO DE PRINCÍPIOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS E A TEIXEIRA DUARTE, SA.

*Aprovado por unanimidade, não tendo
participado na discussão e votação o Sr. Presidente
da Câmara, por se ter ausentado da sala, eram*

18. INFORMAÇÕES:

18.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.2. APRESENTAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A “RAIA E A GUERRA CIVIL DE ESPANHA” – 4 A 30 DE OUTUBRO DE 2010 – “ESPAÇO MEMÓRIA DOS EXÍLIOS”.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.3. REGIME DO CONTROLO PÚBLICO DA RIQUEZA DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS E DE ALTOS CARGOS PÚBLICOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.4. CONFERÊNCIAS – A DITADURA MANSADA DE PIMENTA DE CASTRO E A REVOLUÇÃO SANGRENTA DE 14 DE MAIO DE 1915, POR BRUNO J. NAVARRO E MANUEL DE ARRIAGA NA PRIMEIRA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR JOANA GASPAR DE FREITAS – DIA 29 DE OUTUBRO DE 2010 – ESPAÇO MEMÓRIA DOS EXÍLIOS

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.5. INFORMAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DA RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE COMODATO, ENTRE O MUNICÍPIO E A “EMPRESA DE AMBIENTE DE CASCAIS, S.A. (EMAC)”, RELATIVO A UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 3.870 M², SITA EM ALVIDE, FREGUESIA DE ALCABIDECHE, DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE UM ECOCENTRO.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.6. AGENDA DESPORTIVA PARA O MÊS DE OUTUBRO DE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

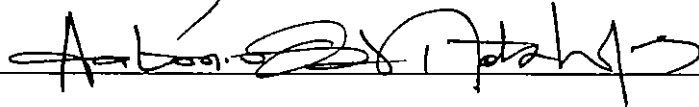
18.7. RELATÓRIO DO PROJECTO LEVAR A LER NO ANO LECTIVO 2009/10.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.8. EMGHA – GESTÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL DE CASCAIS, EM, SA-
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO 1º SEMESTRE DE 2010.

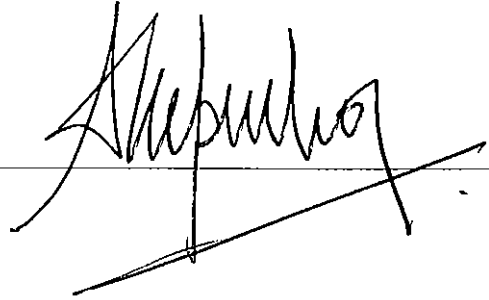
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Às 13 horas e 17 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu,  a subscrevi.

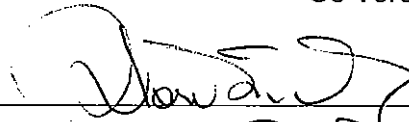
O Presidente

ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO



Os Vereadores

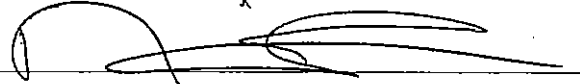
LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS



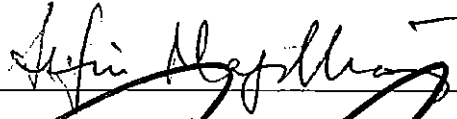
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS



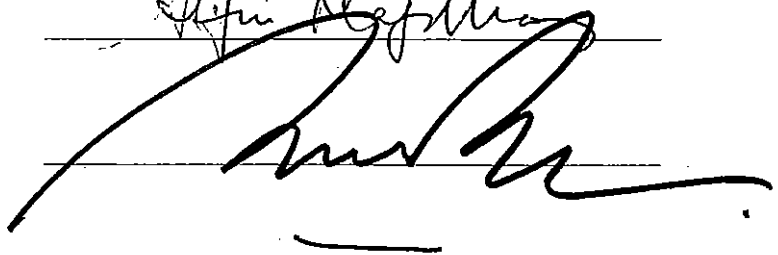
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL



ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES

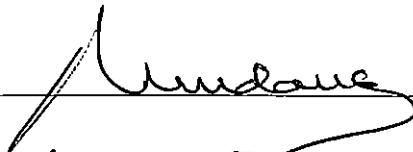


MIGUEL PINTO LUZ

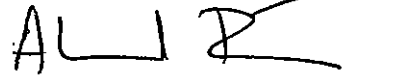


ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO

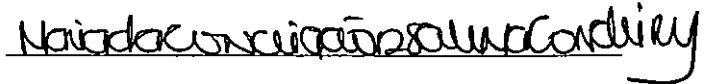
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO



JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

